



# NOVAS CONFLITUOSIDADES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A REPRODUÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO A PARTIR DE GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO<sup>i</sup>

---

Sávio José Dias Rodrigues  
*Universidade Federal do Maranhão*

Vinícius Melo Gonçalves  
*Universidade Federal do Maranhão*

## Resumo

Analisar as novas confluosidades no campo maranhense a partir da precarização do trabalho e a reprodução do trabalho escravo relacionadas com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Estado do Maranhão, sobretudo, a partir da repercussão da instalação da Estrada de Ferro Carajás e da instalação de atividades ligadas à mineração no estado. Realizamos busca bibliográfica em torno dos conflitos socioambientais e do trabalho escravo contemporâneo, além de trabalhos de campo em municípios cortados pela a Estrada de Ferro Carajás (EFC), (Açailândia, Anajatuba, Buriticupu, Igarapé do Meio). A EFC corta vários municípios maranhense, transformando suas economias e modificando suas dinâmicas territoriais de uso da terra. As transformações associadas à sua instalação passam pela limitação de acesso à terra e aos recursos naturais, fazendo com que grupos camponeses sofram com o processo de empobrecimento. As situações de escassez e o crescimento da pobreza nos municípios estão relacionados com a vulnerabilidade para o aliciamento para o trabalho escravo. A partir de dados da Comissão Pastoral da Terra, constatamos que a quantidade de trabalhadores resgatados do trabalho escravo oriundos de municípios cortados pela EFC é alto. Em 2015, vários municípios cortados pela ferrovia, como Anajatuba (146), Bom Jesus das Selvas (46), Açailândia (320), Alto Alegre do Maranhão (97) e Buriticupu (110), apresentaram uma grande quantidade de trabalhadores resgatados de trabalho escravo. A questão agrária, associada a especulação de terras, a própria privatização de terras pelos empreendimentos vinculados à EFC, está associada à nova conflituosidade, que é a reprodução do trabalho escravo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Projetos de desenvolvimento. Estrada de Ferro Carajás. Trabalho Escravo Contemporâneo.

## ***NEW CONFLICTS WITH THE PRECARIOUSNESS OF WORK AND THE REPRODUCTION OF SLAVE LABOR***

## ***IN MARANHÃO FROM LARGE DEVELOPMENT PROJECTS***

---

### **Abstract**

To analyze the new conflicts in the Maranhão countryside from the precariousness of work and the reproduction of slave labor related to the implantation of large development projects in the State of Maranhão, above all, since the repercussion of the installation of the Carajás Railroad and the installation of activities related to mining in the state. We carry out a bibliographical search around the socioenvironmental conflicts and contemporary slave labor, besides fieldwork in municipalities cut by the. The EFC cuts off several municipalities in Maranhão, transforming their economies and modifying their territorial dynamics of land use. The transformations associated with its installation are limited access to land and natural resources, causing peasant groups to suffer the process of impoverishment. Situations of scarcity and the growth of poverty in municipalities are related to vulnerability to enticement for slave labor. Based on data from the Pastoral Land Commission, we find that the number of workers rescued from slave labor from municipalities cut by EFC is high. In 2015, several municipalities cut by the railroad, such as Anajatuba (146), Bom Jesus das Selvas (46), Açailândia (320), Alto Alegre do Maranhão (97) and Buriticupu (110) presented a large number of workers rescued from work slave. The agrarian question, associated with land speculation, the privatization of land by the enterprises linked to the EFC, is associated with the new conflict, which is the reproduction of contemporary slave labor.

**Keywords:** Development projects. Carajás Railroad. Contemporary Slave Labor.

### **INTRODUÇÃO**

Pretendemos, nesse trabalho, realizar uma análise do que estamos chamando de “novas conflituosidades” no campo maranhense, que se efetivam a partir de um contexto de precarização do trabalho e de reprodução do trabalho escravo contemporâneo. Essas “novas conflituosidades” estão relacionadas com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Estado do Maranhão, sobretudo, a partir da repercussão da implantação da Estrada de Ferro Carajás e da instalação de atividades ligadas à mineração no estado.

Podemos dizer que essas novas conflituosidades se inserem no que Carlos Walter Porto-Gonçalves (ANO) chama de “nova questão agrária”, situada numa configuração da luta de classes. Esta tem a conformação sociogeográfica que o poder no campo brasileiro toma com a globalização, sobretudo, o fenômeno da mundialização da economia e internacionalização da produção. Nesse âmbito, os processos que se apresentam no espaço maranhense para a produção de um território conflituoso, em que, tanto os conflitos pelo acesso a terra e recursos naturais, conflitos socioambientais, como o conflito que envolve o trabalho podem ser inseridos como fazendo parte dessa nova conflituosidade.

Os grandes projetos de desenvolvimento fazem parte do processo de internacionalização da economia e da produção em larga escala que se realiza no Estado do Maranhão. Eles não são implantados de maneira homogênea no espaço do estado, apresentando peculiaridades em cada região, que passam pela própria atividade econômica e produtiva, como também, com os agentes mobilizados. Assim, a produção agrícola de soja avança no sul e leste do estado, os plantadores de eucalipto aumentam suas áreas de plantio no leste e oeste maranhense, há a materialização de polos turísticos em diversos pontos do Maranhão, sobretudo nos lençóis, na capital (São Luís) e na região do município de Carolina. E de maneira bem peculiar, a consolidação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) como importante elo de ligação para essa grande produção, e que, se soma, também, a produção de minério extraído na Serra de Carajás (Estado do Pará) e segue para escoar pelo complexo portuário do Itaqui, na capital do Maranhão, São Luís.

A região que se constitui pelos municípios cortados pela EFC tem uma dinâmica própria de produção, mas que se insere no discurso desenvolvimentista, sobretudo, que atrela a própria estrada de ferro e os empreendimentos que ela atrai ao desenvolvimento. Assim, esse artigo busca as contradições que se reproduzem nesse contexto.

Esse artigo se insere como uma das reflexões resultantes do projeto de pesquisa “Trabalho escravo e questão agrária no ‘Novo Nordeste’ Brasileiro: vulnerabilidade socioeconômica e estudo sobre as condições de produção do campo” feito com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Para a realização desta, realizamos busca bibliográfica em torno dos conflitos socioambientais que apresentam o recurso natural como parte da reprodução dos grupos sociais, o trabalho escravo contemporâneo e sua inserção na reprodução do modo de produção capitalista, bem como acerca dos grandes projetos no Estado do Maranhão. Realizamos, também, trabalhos de campo em diversos municípios cortados pela a Estrada de Ferro Carajás, como Açailândia, Anajatuba, Buriticupu, Igarapé do Meio. Esses trabalhos de campo foram importantes para a coleta de dados, entrevistas com camponeses, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados de trabalho escravo, secretários municipais e funcionários de prefeituras, bem como sindicalistas, membros de entidades civis, etc.

### **Grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão e a Estrada de Ferro Carajás**

A instalação de grandes projetos tem seguido uma lógica de inserção da economia maranhense na economia globalizada. Essa lógica tem sido efetivada a partir do que Milton Santos (1994) de verticalidades no território. Esse autor propõe que “O retorno do território” seria uma mudança em como entendemos o território. A tradição da geografia o trazia atrelado ao Estado, como uma categoria orgânica ao funcionamento e desenvolvimento deste último. As grandes corporações têm um papel importante na nova fisionomia que o território vai ter. Elas vão fazer parte de um controle e produção do território que vai se efetivar de maneira exógena.

A globalização, a partir de suas técnicas e sistemas técnicos, vai permitir uma fluidez nos territórios que vai incidir nas populações anteriores aos novos *implantes* territoriais dado pelo novo momento. Haesbaert (2003) vai dizer do processo de desterritorialização de populações, em que há uma crescente exclusão sócio-espacial. Posteriormente, esse mesmo autor propõe o conceito de multiterritorialidade, onde a apropriação do espaço se dá a partir de territórios-rede.

Tanto Milton Santos (1994, 2002), quanto Rogérios Haesbaert (2003) podem ser importantes aqui para entender os processos ligados a inserção de grandes projetos de desenvolvimento no Estado do Maranhão. Esses projetos seguem várias linhas de investimento, mas podem nos remeter a três vertentes principais, a moderna agricultura de grãos e as grandes plantações florestais; a minero-siderurgia e o turismo predatório.

A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (2009, p. 26), no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão”, sintetiza em dois eixos principais para o desenvolvimento, afirmando assim:

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro-cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense.

Nesse plano, a FIEMA exclui o turismo, mas contempla os outros dois eixos, apresentando as cadeias produtivas como sendo parte do desenvolvimento no Estado do Maranhão. Na verdade, tanto a produção agrícola e florestal está ligada a produção minero-siderúrgica, assim, como elas implicam outras formas de produção, tanto agrícolas, como de logística.

Podemos dizer que as transformações que o campo brasileiro vem passando nas últimas décadas resultaram num novo conjunto de processos de produção do seu espaço fazendo parte dos processos a que estamos nos referindo aqui. Na verdade, essas transformações no campo, cidade, bem como a instalação de infraestruturas logísticas são parte de um mesmo pacote modernizador do território. Essas mudanças se atrelam a transformações no modo de produção capitalistas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. No campo isso se refletiu com o avanço técnico e com a ampliação da ideia de expansão da modernidade,

sobrepujando o que veio a ser considerado tradicional, este tido como arcaico e dentro de antigos modos de produção a serem apagados pelo desenvolvimento capitalista. A modernização do campo brasileiro foi o carro-chefe desse paradigma de produção do espaço, com a inserção de multinacionais ligadas a produção de *commodities* e ligadas diretamente a produção de alimentos.

O caso da produção da soja no cerrado brasileiro pode ser descrito nesse contexto de novos paradigmas na produção do espaço do modo de produção, atrelado à técnica e à ciência. Apesar de, no início do século XX, a oleaginosa já ser produzida em larga escala no sul do país, é na segunda metade do século XX que o Brasil passa a ser conhecido por sua produção, com o avanço das grandes culturas pelo Centro-Oeste brasileiro. O movimento da fronteira agropecuária, e o aparecimento de novas fronteiras de expansão e desenvolvimento capitalista, bem como o ressurgimento de antigas áreas de exploração que haviam sido abandonadas como prioridade pelo capitalismo são indícios dessa dinâmica espacial. A fronteira pode ser entendida como um limite jurídico ou como parte de um processo social. Nós estamos considerando a sua dimensão de conflituosidade, instabilidade. Ela como parte de um processo de conquista e resistência. Silva (2007, p. 284) diz que “[...] a fronteira pode ser a borda de um processo social singular de integração de áreas num modelo de desenvolvimento dominante”.

As mudanças estruturais não podem ser confundidas com o fim do trabalho. Não podemos falar da possibilidade de isso acontecer no modo de produção capitalista, já que a única forma de se criar valor é a partir do trabalho. Ricardo Antunes (2000), ao analisar o que ele chama de sociedade do trabalho e suas transformações na contemporaneidade, afirma que ainda vivemos sob a centralidade do trabalho, pois o capitalismo não pode abolir a produção de mercadoria sem a subordinação do trabalho. Apesar de se discutir intensamente as transformações em curso, não podemos pensar num capitalismo na atualidade sem o elemento do trabalho. Segundo ele o que acontece não é exatamente o fim do trabalho, mas sim sua modificação, sua transformação. Ou seja, o capitalismo se efetiva cada vez mais sob a exploração do trabalho que se dá de outras maneiras. Ele defende no livro *Os sentidos do trabalho* a tese de que a sociedade do capital e a sua lei do valor dependem cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversas formas de trabalho parcial, terceirizado, que é crescentemente parte do processo de produção de capital (ANTUNES, 2000).

Algumas constatações empíricas refletidas pelo autor como parte desse processo são a diminuição da classe operária tradicional; sub-proletarização, ligando-se ao trabalho parcial, precário, terceirizado, e à subcontratação. Podendo denotar em uma heterogeneização do trabalho, complexificação e fragmentação do trabalho na contemporaneidade.

A noção dada por Milton Santos de Globalização passa a ser um norte para entender o processo de instalação de grandes projetos no Brasil, sobretudo, no Maranhão. A perspectiva de que o processo de globalização se implanta como um

novo totalitarismo constituindo o *globalitarismo* é importante para se entender a produção do território em que um novo conjunto de conflituosidades é produzido.

Nesse contexto, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) pode ser analisada, em que de um lado, o globalitarismo de inserção da economia maranhense nos circuitos espaciais da economia mundializada, de outro lado, as comunidades tradicionais, povos camponeses, etc que não usufruem do que é apresentado nos discursos do desenvolvimento, tendo, na verdade, suas terras cercadas, seus bens comuns privatizados por lógicas exógenas a do lugar, e suas vidas precarizadas.

A EFC é uma ferrovia que liga o município de Carajás-PA, onde acontece a extração de minério de ferro, cruza o Maranhão, até chegar no complexo portuário do Itaqui, no município de São Luís-MA. No seu percurso, corta vários municípios maranhense, transformando suas economias, também com instalação de estruturas de transformação, como siderúrgicas, sobretudo em Açailândia –MA. Tanto a EFC como os empreendimentos ligados a ela são implantados com o discurso de desenvolvimento, atrelado a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento para o estado. Porém, as transformações associadas à sua instalação passam pela limitação de acesso à terra e aos recursos naturais, fazendo com que grupos camponeses como quebradeiras de coco babaçu, agricultores, pescadores, etc., sofram com um processo de empobrecimento.

A relação entre grandes projetos de desenvolvimento e as consequências para as comunidades é bem analisada na dissertação de mestrado da historiadora Desni Lopes de Almeida (2012). Ela aborda o que ela chama de “Os trilhos do desenvolvimento” no município de Açailândia. Trata especificamente do povoado de Piquiá de Baixo, fazendo uma análise das consequências da instalação dos grandes empreendimentos siderúrgicos. Essa atividade sofre influência direta da EFC, sendo abastecida pelo minério que por ela escoia nos trens da Vale. Dessa maneira, a autora traz a questão agrária, a pobreza, a concentração de riquezas, o trabalho escravo, dentre outros para tipificar a região de implantação dos projetos siderúrgicos ligados a ferrovia.

O povoado de Piquiá está localizado na região peri-urbana de Açailândia, sendo circundado por várias siderúrgicas, tornando a vida das pessoas e seu cotidiano um caos do ponto de vista da saúde, com poeira e fuligem sendo despejado diariamente pelas indústrias

Outros trabalhos, como o de Bartolomeu Mendonça (2017) também buscam analisar a relação da pobreza com os grandes empreendimentos no Maranhão. O autor busca, a partir de situações empíricas de deslocamentos compulsórios, expropriações dos territórios, dos recursos, dos produtos, dos saberes, etc. contestar a ideia da modernidade como sendo expressão da humanidade civilizada, fazendo uma nova leitura da colonialidade como um sinônimo da modernidade e o que ele denominou de *continuum colonial*.

Assim, esses autores ajudam a entender como a pobreza pode se relacionar com a produção da pobreza nas regiões de instalação da EFC. Aqui, sobretudo, os projetos

desenvolvimentistas, modernos. Nessa leitura, uma nova espécie de colonialidade se instala nessas regiões. A EFC é uma representação de uma continuidade do processo de colonização, tal qual Mendonça (2017) apresenta no seu conceito de *continuum colonial*.

## **Pobreza, vulnerabilidade e trabalho escravo contemporâneo**

### ***Pobreza e Vulnerabilidade na terra das oportunidades***

As situações de escassez e o crescimento da pobreza nos municípios estão relacionados com a vulnerabilidade para o aliciamento para o trabalho escravo.

Os grandes projetos de desenvolvimento, apesar do seu discurso vinculado a criação de emprego e renda no Maranhão, bem como, de “redenção do território”, têm atuado principalmente na desterritorialização de comunidades camponesas no Maranhão. As situações conflitivas se reproduzem no estado em várias regiões, sendo centrais nas de implantação dos grandes projetos. Exemplos podem ser elencados com os conflitos por terra e acesso a recursos naturais na microrregião Gerais de Balsas, no sul do Maranhão, em que a expansão da fronteira agrícola da soja tem ocasionado problemas para os camponeses acessarem os cerrados. Esse problema é analisado em trabalhos de Rodrigues (2010), Maria da Glória Rocha Ferreira (2008), Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho (2008). Também os trabalhos de Rafael Gaspar (2010) e Adielson Correia Botelho (2017) trazem os conflitos entre camponeses e agricultores da soja e produtores de eucalipto no Leste do Estado, nas microrregiões dos Lençóis Maranhenses e Baixo Parnaíba Maranhense.

Assim como os projetos produtivos, outro exemplo, é a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Ela é um objeto técnico, nas palavras de Milton Santos (2002), que tem sido mote dos grandes projetos desenvolvimentistas. Essa estrutura logística tem sido utilizada não somente para o transporte de minério de ferro, mas também como apoio a produção de soja no Maranhão. No entorno, várias atividades ligadas a siderurgia se instalam, modificando a dinâmica econômica dos municípios cortados pela EFC. Podemos dizer que ela cria um sistema técnico próprio, em que ciência, tecnologia de ponta fazem parte deste, reestruturando o espaço no seu entorno. Entendemos, que a reestruturação do espaço produzida pelo objeto técnico acaba por criar uma região própria que não se afasta das regionalizações realizadas pelos órgãos de planejamento, ela própria dita sua dinâmica.

No caso dos 21 municípios cortados e 2 sob influência direta da EFC, essa nova dinâmica pode ser associada com a concentração de terras e renda na região, acelerada pelas atividades econômicas que se instalam e que são atraídas pela Estrada.

Em alguns municípios, é evidente a mudança de matriz econômica, como por exemplo, São Luís, Açailândia, Santa Rita, Bacabeira e Buriticupu. Nesse sentido, atividades como de construção, de transporte e armazenagem, alojamento e

alimentação e imobiliárias passam a ter um papel importante, além das atividades de comércio e reparação de veículos automotores.

Sobretudo a construção é alavancada, por causa da demanda de se construir novos objetos e de construção de moradia. Na tabela abaixo é possível se ver o aumento de 4 tipos de atividades nos municípios de Açailândia e de Bacabeira.

**Tabela 1.** Média de salários em subsetores do IBGE – Açailândia, Bacabeira

Município	Ano	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação
Açailândia (MA)	2006	2,46	49,07	3,34	1,87
	2016	5,62	49,25	4,57	6
Bacabeira (MA)	2006	4,35	37,68	4,35	4,35
	2016	8,41	41,12	9,35	8,41

Fonte: IBGE – Censo das Empresas

Ao mesmo tempo que essas mudanças no espaço se processa, podemos visualizar que para a maior parcela da população isso não se concretiza como desenvolvimento. Dessa maneira, por exemplo, o IDH dos municípios cortados pela EFC permanece sendo pequeno. Se considerarmos esses municípios como uma região isolada, temos que o seu IDHM é de 0,603, enquanto no Estado do Maranhão é de 0,639.

Outros elementos podem ser enumerados aqui, como o salário médio mensal. Nesse caso, o Estado do Maranhão já apresenta um salário médio baixo, de aproximadamente 2,4 salários mínimos em 2016, tendo, inclusive uma queda em relação a 2006, que foi de 2,5. A região de municípios da EFC apresentou em 2016 um salário médio de 1,9 salários mínimos, tendo um crescimento em relação a 2006, que foi de aproximadamente 1,4 salários mínimos. Nesse período, municípios como Açailândia e São Luís, os dois maiores PIBs, apresentaram uma diminuição do salário médio mensal, de 2,4 para 1,9 salários mínimos e 3,4 para 3,1 salários mínimos respectivamente. Em relação ao total de terras destinado a agricultores familiares e não familiares, a Tabela 2 demonstra os dados de 2006.

Para o Maranhão, os dados apresentam que 8,71% dos estabelecimentos são não familiares e tem 65% do total da área geral, enquanto 91,29% dos estabelecimentos são familiares e detém 34,64% do total da área. Em relação a região da EFC, 12,84% são não familiares, bem maior que o estado, detendo a posse de 69,44% da área geral. 87,16 dos estabelecimentos são familiares e detém 30,56% do total da área geral.



**Tabela 2.** Número de estabelecimentos e área – Maranhão e região da EFC

	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral		Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
Maranhão	8,71	91,29	65,36	34,64
Região EFC	12,84	87,16	69,44	30,56

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

O que nos parece é que, além de uma dinâmica econômica que fortalece atividades com baixa remuneração na região, e detendo salários médios abaixo da média estadual, há um fortalecimento de atividades rurais não familiares e que detém a maior parte da área dos estabelecimentos agropecuários, fazendo com que atividades familiares tenham menor área disponível.

#### **Trabalho escravo contemporâneo no Maranhão moderno**

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil é considerado crime previsto no Código Penal brasileiro em seu artigo 149, que assim enuncia:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 1940).

O trabalho escravo no Brasil permaneceu mesmo após a sua abolição formal em 1988, com a assinatura da Lei Áurea. No decorrer do século XX, ele foi considerado como uma forma arcaica e, até feudal de exploração do trabalho, como uma condição pré-moderna, em que, com o desenvolvimento progressivo e natural do capitalismo, seu uso desapareceria dando lugar ao trabalho assalariado. Este último como condição da modernidade das relações de trabalho.

Autores como Leonardo Sakamoto (2011) já consideram de outra maneira. Para ele, “A superexploração e o trabalho escravo estão vinculados a um cálculo racional realizado pelo empregador, buscando uma lógica da acumulação” (SAKAMOTO, 2011, p. 399). Assim, podemos dizer que o trabalho escravo, não é uma condição pré-moderna que tende a acabar com o avanço do capitalismo. Ele, na verdade, é

utilizado de maneira intensiva nos centros de reprodução de atividades capitalistas, como a agronegócio. O mesmo Leonardo, escreve assim:

a pesquisa de campo traz diversos exemplos de fazendas de soja e algodão, que utilizam tecnologia de ponta na parte da produção de grãos e fibras, enquanto a preparação de solo e ampliação de área é feita de forma arcaica, com baixo investimento (SAKAMOTO, 2011, p. 393).

O trabalho escravo é uma situação limite da exploração de trabalho. Ele é uma forma potencial de aumento da acumulação a partir da apropriação privada pelo capitalista do trabalho não pago.

Apesar de essas atividades e a própria EFC ser propagada como sinônimo de desenvolvimento, os dados mostram que apenas uma parcela da população usufrui dessa nova dinâmica econômica. O aprisionamento do trabalhador se dá com a intenção, pelo capitalista, de diminuir o tempo de trabalho pago ao trabalhador e aumentar o que Marx (2013) chama de tempo de trabalho excedente. Apesar de ter um histórico de uso de trabalho escravo sobretudo nas fronteiras agropecuárias, ele se reproduz intensamente em centros urbanos. O aprisionamento do trabalhador na fronteira agropecuária pode ser analisado pelo que Otávio Guilherme Velho atenta: a fronteira brasileira foi se constituindo de maneira aberta. Isso permitiu que o campesinato se reproduzisse em regiões livres. Dessa maneira, o cerceamento da liberdade do trabalhador pode ser explicado a partir de dois objetivos: 1) manutenção da mão de obra necessária para expansão e manutenção de grandes empreendimentos capitalistas; 2) não mobilização de capital para se transformar em capital variável.

Assim, o trabalho escravo tem sido utilizado no Brasil e se reproduz em todas as regiões do país. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram a evolução dos casos de trabalho escravo entre 2009 e 2016:

**Tabela 3.** Casos de trabalho escravo no Brasil

<b>CASOS DE TRABALHO ESCRAVO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total 2003-2016</b>
Casos Totais	240	215	250	195	208	170	120	98	3.052
Denúncias CPT não fiscalizadas	70	24	37	17	25	13	11	10	758

Fonte: CPT – Síntese estatística

Nesse período houve uma diminuição de casos de trabalho escravo no Brasil de mais de 50%. Essa diminuição pode ser devida a modernização da prática, em que, uma das principais causas de autuação que é a escravidão por dívida passa a ser mais difícil de comprovação. Uma das comprovações utilizadas pelas equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é a caderneta de anotação da dívida dos trabalhadores. Esse elemento tem sido substituído. Outra explicação se deve também as várias denúncias que não são fiscalizadas e, também, a dificuldade de acesso a algumas áreas. Porém, para nós, o principal fator que impede o registro real dos casos de trabalho escravo é a naturalização que se efetiva de formas de trabalho escravo no Brasil, como por exemplo, na construção civil, ou o trabalho infantil e feminino.

Em relação a distribuição por atividades, os casos identificados com trabalho escravo se encontram a grande maioria na pecuária com 37%, seguida por outros (outras atividades) com 30% e as lavouras permanentes com 13% e desmatamento com 9% dos casos. Em relação aos trabalhadores resgatados, segundo os dados da CPT, a maior parte foi, também, em atividades pecuaristas, 30%, seguida por outras, com 26%. As lavouras permanentes e outras lavouras tiveram cada uma com 15%, carvão vegetal 12%, extrativismo vegetal 7% e desmatamento 6% (CPT, 2017).

Dessa maneira, fica evidente que o trabalho escravo permanece no Brasil, inclusive, se incrustando em atividades que são divulgadas como o centro da modernidade no campo brasileiro, como a moderna agricultura da soja, a produção de eucalipto, a produção carvoeira, as aberturas de fazendas. Atividades conhecidas como sendo do agronegócio são as mesmas que reproduzem o trabalho escravo.

O Maranhão passa a ser um espaço peculiar na análise da reprodução do trabalho escravo no Brasil. Primeiramente, o estado se apresenta como uma situação limite, nos discursos governamentais e dos grandes empreendimentos, na busca pela modernidade e pelo progresso econômico. A pobreza, os baixos índices sociais fazem com que a modernidade seja apresentada como redentora do estado.

Oras, o discurso desenvolvimentista, que é calcado na modernização do território maranhense, está presente desde o governo de José Sarney, entre 1966 e 1971, e é facilmente encontrado no discurso do governador empossado no ano de 2015, Flávio Dino. Nesse discurso, a pobreza aparece como algo externo ao desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, o seu discurso ao tomar posse é de extrema relevância. Para ele, sua gestão iria “fazer o capitalismo no Maranhão”. Seria como se desse um “choque de capitalismo” com a intenção de atrair investimentos. Nas palavras do governador: “Na nossa avaliação e na dos economistas, isso leva a mais investimentos e expansão da riqueza”<sup>ii</sup>.

A partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra é possível visualizar a distribuição do trabalho escravo nos principais estados de ocorrência no Brasil e o papel do Estado do Maranhão, conforme tabela a seguir:

**Tabela 4.** Casos identificados de trabalho escravo e trabalhadores envolvidos no Brasil

1995-2016	CASOS IDENTIFICADOS		TRAB.ENVOLVIDOS	
PA	1363	40%	33181	36%
MA	361	11%	7798	8%
TO	318	9%	6351	7%
MT	280	8%	9440	10%
MG	160	5%	6154	7%
GO	154	4%	4563	5%
BA	102	3%	4266	5%
SP	95	3%	2034	2%
MS	82	2%	6161	7%
TOTAL	3435		92245	

Fonte: CPT – Síntese estatística

Os Estados do Pará e do Maranhão são os estados que mais apresentaram casos identificados de trabalho escravo no Brasil, segundo a CPT, com 40% e 11% dos casos respectivamente entre os anos de 1995 a 2016. Outros dois estados que se destacam são Tocantins e Mato Grosso, com 9% e 8% respectivamente. Os casos identificados de trabalho escravo ter uma frequência no Pará nos é explicado por dois motivos principais: o primeiro se refere ao avanço da fronteira agropecuária, onde atividades que aparecem como sendo as que mais escravizam (pecuária, desmatamento, lavouras temporárias) são as mais frequentes nessa região; a segunda está no fato de a dificuldade de acesso e a distância do lugar de moradia dos migrantes que avançam para encontrarem trabalho na região de fronteira ser um fator importante na escravidão contemporânea.

Apesar de já apresentar um número considerável em relação aos casos identificados no período de 1995 a 2016, o Maranhão ganha maior importância para o trabalho escravo quando visualizamos os dados de envio de trabalhadores que são resgatados de trabalho escravo. Esses dados podem ser observados na tabela a seguir, que aponta os 6 principais estados exportadores de trabalhadores que são escravizados de 1995 até meados de 2016, segundo dados<sup>iii</sup> da CPT.

Mais de um quinto da população de trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil são maranhenses. Isso mostra a importância do estado no envio de trabalhadores, e, sobretudo, o papel do estado no envio de trabalhadores para o trabalho precário. Historicamente, o estado é conhecido pelo grande fluxo de trabalhadores para atuarem em outras regiões do país em atividades como o corte da cana, abertura de fazendas, construção civil, mais recentemente, em agroindústrias, etc. Não é difícil, nos municípios do interior do estado, se encontrar agências de viagens especializadas em arregimentar trabalhadores, ou, mesmo,

gatos, pessoas responsáveis por fazer a intermediação entre empregadores de outras regiões e os trabalhadores em seus lugares de origem.

**Tabela 5.** Resgatados de trabalho escravo por UF no Brasil

RESGATADOS POR UF DE NATURALIDADE	Nº ABSOLUTO (em 23/05/2016)	%
TOTAL	34284	
Maranhão	7936	23,1%
Para	2964	8,6%
Bahia	3266	9,5%
Minas Gerais	2855	8,3%
Tocantins	1884	5,5%
Mato Grosso do Sul	1873	5,5%

Fonte: CPT – Síntese estatística

O grande fluxo de trabalhadores se dá com a ida para exercerem funções em diversas atividades, mas sobretudo, funções que demandam força física e com baixa remuneração. As situações de pobreza e limitação de acesso a recursos naturais encontradas nos municípios de origem dos trabalhadores são fatores de vulnerabilidade desses trabalhadores, que os fazem aceitarem trabalhos precários, com baixa remuneração, sem acesso a direitos trabalhistas, etc, e no limite, serem aliciados para o trabalho escravo contemporâneo. Uma fala importante para usar aqui e ajudar nessa argumentação vem de um trabalhador resgatado de trabalho escravo. Ele diz assim:

que o pobre que não tem nada é humilhado, o que eu já passei na minha vida humilhando em Açailândia, foi coisas que... se eu ainda não me mudei de Açailândia é por que eu não tenho condição, mas eu vou lhe falar, para a senhora, o que vale na pessoa é o dinheiro

A pobreza é utilizada aqui para justificar sua situação subalterna em relação a fazendeiros ou outros agentes. Importante notar que o informante ressalta que o dinheiro é que aponta a importância de algumas pessoas. Essa justificativa é dada, principalmente, para explicar a própria atuação da justiça, como nesse outro trecho: “tem fazendeiro que mata o funcionário, igual, você sabe ... a... a justiça não pune essas pessoas por que eles tem dinheiro [trecho inaudível entre 56:53-56:58] na delegacia lá o escrivão não queria, por que era o juiz [...]” (Informante A1 de Açailândia, 2017).

A pobreza persistente no estado não tem a ver com a falta de capitalismo, tal como apresentado em discurso. Ela própria é resultado da concentração de renda e da acumulação de capital que é intrínseca ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, as situações de vulnerabilidade para o trabalho escravo estão dentro do modo de produção, que se utiliza do trabalho escravo.

A falta de acesso a terras aparece nos relatos como principal fator que faz com que os trabalhadores migrem para fora dos seus lugares de origem. Segundo o informante A2M, trabalhador rural de Açailândia, “Pra mim mesmo, que nem eu to lá num pedacinho lá velho pretendo ficar por lá mermo, é que eu trabalho num negócio de vasão plantando arroz dentro d’água no verão ai vou passando a vida, como Deus quer”.

Os mesmos fatores de vulnerabilidade, fazem com que esses trabalhadores, também, naturalizem sua condição precária no trabalho. Esse mesmo informante, apesar de apresentar seu desejo de ficar “incasa”, diz assim: “Ah! isso aconteceu por que acho que sou nalfabeto não tenho leitura de nada mermo serviço tem que fazer assim mermo não tem outro jeito”. O fato de não ter formação é exposto como uma condição, um elemento que, inevitavelmente, vai dar como consequência situações como do trabalho escravo. Essa situação não pode ser contradita, ela tem que ser aceita como se fosse um destino para os pobres. Ele assim continua: “Aceitar né?! Num tinha outro jeito. Tava começando... a mulher tava prenha incasa, ai ...rapá tem que saí. Por que ficar aqui vou fazer o quê com a mulher? Tem que saí mermo. E faz de conta e não resolveu nada minha situação”.

A saída desses trabalhadores de seus lugares de origem aparece como uma contradição do desenvolvimentismo maranhense, ao menos em aparência.

Parece-nos que a ideia exposta por Milton Santos (1999) de uma globalização sobre três prismas se evidencia em processos empíricos e repercute nos corpos dos sujeitos. Nos discursos o desenvolvimento enquanto parte da globalização econômica é uma fábula. A globalização tal como ela é, é uma perversidade em relação a classe trabalhadora. Seguiremos entendendo a perversidade em relação a uma região.

### **Estrada de Ferro Carajás e o trabalho escravo contemporâneo: da globalização, dos fluxos e das utopias geográficas**

A região formada pelos 23 municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) ou sob influência direta desse empreendimento são os municípios que mais enviam trabalhadores resgatados de trabalho escravo. É possível constatar, a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra, que a quantidade de trabalhadores resgatados do trabalho escravo oriundos de municípios cortados pela EFC ou que tenham atividades de mineração é alto, tornando-a a principal região emissora.

Assim como outros grandes empreendimentos no Estado do Maranhão, a EFC é vista como parte do projeto de internacionalização da economia brasileira e maranhense. Um objeto técnico construído para a dinâmica de fluxos.

Na verdade, pensamos que a imagem de anteposição entre a modernidade dos objetos técnicos que podem ser associados com a EFC e a ideia de atraso que a permanência do trabalho escravo traz é em essência um falseamento. A convivência entre este objeto técnico da modernidade e o trabalho escravo faz parte, ao nosso ver, do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Este é um conceito que David Harvey desenvolve para explicar o processo de globalização. Para este autor, o termo globalização se tornou uma palavra-chave para entender o funcionamento do mundo, sendo também sinônimo de vários processos em curso na sociedade atual, como, por exemplo, os processos de expansão da informação, de internacionalização da economia, etc. Harvey (2010) traz o fenômeno da globalização como um “ajuste espacial” do capitalismo. Segundo ele, “O capitalismo não pode sobreviver sem seus ‘ajustes espaciais’” (HARVEY, 2010, p. 80). As transformações na dinâmica de acumulação de capital estabelecem que os sistemas de logística, de transferência de capital fixo e de força de trabalho sejam alterados para que se acelerem de acordo com as necessidades do capitalismo. Sobretudo a força de trabalho, já que esta está diretamente ligada a produção de valor. Dessa maneira, podemos chamar a atenção tanto para a migração de trabalhadores como a mobilização de mão de obra precária.

Assim, de um lado, no que estamos chamando de região da EFC podem conviver dois processos: de mobilização de mão de obra precária para serem arrematadas em outras regiões do país, como também a própria ocorrência de trabalho escravo na região.

Primeiramente o envio de trabalhadores que são aliciados para o trabalho escravo. Em 2015, uma grande quantidade de trabalhadores resgatados de trabalho escravo tinha como origem municípios cortados pela ferrovia, como Anajatuba (146), Bom Jesus das Selvas (46), Açailândia (320), Alto Alegre do Maranhão (97) e Buriticupu (110). Ao mesmo tempo que a EFC é apresentada como o sinônimo da modernização do território, vários trabalhadores migram pelas condições de pobreza, limitação de acesso a terras e a recursos naturais e são aliciados para o trabalho escravo.

Os dados da Tabela 6 mostram os principais municípios emissores para o trabalho escravo. Os dados da CPT mostram que a região composta pelos 23 municípios cortados pela EFC ou que sofrem influência direta da ferrovia são os que mais enviam trabalhadores para o trabalho escravo. Considerando a naturalidade dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil, 16,6% são de municípios em questão, sendo que os municípios que mais enviaram foram Anajatuba, Itapecuru Mirim, Monção, Açailândia, Santa Inês e São Luís.

**Tabela 6.** Total de resgatados de trabalho escravo nos municípios cortados pela EFC – Região da EFC

MUNICÍPIOS	TOTAL DE RESGATADOS POR NATURALIDADE 2003-2016	%	TOTAL DE RESGATADOS POR REFERÊNCIA 2003-2016	%
Açailândia	151	1,9%	320	5,0%
Alto Alegre do Maranhão	48	0,6%	97	1,5%
Anajatuba	165	2,1%	164	2,6%
Arari	20	0,3%	6	0,1%
Bacabeira	1	0,0%	1	0,0%
Bom Jardim MA	86	1,1%	77	1,2%
Bom Jesus das Selvas	10	0,1%	46	0,7%
Buriticupu	30	0,4%	110	1,7%
Cidelândia	11	0,1%	27	0,4%
Igarapé do Meio	10	0,1%	18	0,3%
Itapecuru Mirim	168	2,1%	143	2,2%
Itinga do Maranhão	21	0,3%	38	0,6%
Miranda do Norte	10	0,1%	15	0,2%
Monção	156	2,0%	97	1,5%
Pindaré-Mirim	69	0,9%	82	1,3%
Santa Inês MA	110	1,4%	58	0,9%
Santa Rita MA	43	0,5%	50	0,8%
São Francisco do Brejão	10	0,1%	39	0,6%
São Luís	103	1,3%	110	1,7%
São Pedro da Água Branca	11	0,1%	49	0,8%
Tufilândia	6	0,1%	15	0,2%
Vila Nova dos Martírios	7	0,1%	13	0,2%
Vitoria do Mearim	71	0,9%	21	0,3%
Total da REGIÃO DA EFC	1.317	16,6%	1.596	24,9%

Fonte: CPT – Síntese estatística

Outro dado é em relação aos municípios de referência dos trabalhadores resgatados. Eles indicam a referência de endereço, diferente do outro dado que indica o município de origem, de naturalidade. No caso do município de referência, 24,9% dos trabalhadores indicaram os municípios da região no cadastro do seguro desemprego. Novamente, Açailândia, Anajatuba e Itapecuru Mirim figuram entre os principais municípios da região que enviam trabalhadores para serem aliciados.

Não obstante, com exceção de Anajatuba e Monção, esses municípios indicados como principais no envio de trabalhadores para o trabalho escravo são, também, polos regionais, com grande dinâmica de capitais e com um intenso fluxo de pessoas e investimentos.

Não só o envio de trabalhadores, o que pode ser ligado a pobreza, mas a própria ocorrência de trabalho escravo na região é uma evidência de uma contradição do



desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dos 361 casos de trabalho escravo registrados no Maranhão entre os anos de 2003 a 2015, 200 foram registrados na região da EFC, sendo que 27% desses casos aconteceram em apenas um município, Açailândia. Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim juntos registraram mais de 12% dos casos. Esses municípios são centrais para as atividades relacionadas à estrada de Ferro Carajás, tanto em relação a siderurgia, como a produção de eucalipto, o que mostra a centralidade dessa modernidade para a reprodução do trabalho escravo.

A limitação de acesso à terra tem sido constante nos relatos de trabalhadores resgatados, apresentando como padrão nas entrevistas, a dificuldade de se ter acesso a esse meio de produção. Entendemos, dessa maneira, que a questão agrária, associada a especulação de terras, a própria privatização de terras pelos empreendimentos vinculados à EFC, está associada à essa nova conflituosidade, que é a reprodução do trabalho escravo contemporâneo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ideia de modernização do território e da economia maranhense apresentada pelos discursos desenvolvimentistas, em que grandes projetos são evidenciados como salvadores do lugar não condiz com o que se vislumbra nos municípios impactados por estes grandes projetos.

A Estrada de Ferro Carajás foi implantada, e está no centro dos discursos desenvolvimentistas, sendo comumente relacionada com o o que viria a ser o progresso do estado, com a modernização de sua economia e com o desenvolvimento. Porém, o que os dados mostram é que ela não produz desenvolvimento para as populações dos municípios cortados. Ao contrário da própria ideia de resolver a pobreza e suas consequências, ela pode ser relacionada com o empobrecimento da população dos municípios cortados por ela, precarização do trabalho, etc.

A reprodução do trabalho escravo contemporâneo e o número de casos em municípios centrais dos grandes projetos é a negação do discurso de desenvolvimento. Assim como a migração de trabalhadores empobrecidos que são aliciados pelo trabalho escravo é uma evidência de que este modelo de desenvolvimento não serve a grande maioria da população desses municípios, sendo, na verdade, responsáveis por processos de acumulação e centralização de renda e riqueza.

As desigualdades sociais e econômicas podem ser associadas com o conjunto de processos de concentração de terras, riquezas, produção, em que os grandes projetos, alçados por grandes empresas, grandes empresários e multinacionais. A consequência é a maior pobreza para a população desses municípios, e a precarização da sua vida.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito (Org.). **Os gaúchos descobrem o Brasil**: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luis: Edufma, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. (Cap. III – As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje).

BOTELHO, Adielson Correia. **ENTRE CHAPADAS, CARRASCO E MATO**: (RE) EXISTÊNCIA CAMPONESA DIANTE DO AVANÇO DOS EUCALIPTOS NO BAIXO PARNAÍBA, MARANHÃO. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017. (Mestrado em Geografia).

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Presidência da República. 1940.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SÍNTESE ESTATÍSTICA TE & PERFIS UF & MUNICÍP. 2003-2016** - atual em 10.01.2017, 2017. (Arquivo digital)

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão**. São Luís: FIEMA, 2009.

FERREIRA, Maria da Gloria Rocha. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas-MA**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2008 (Doutorado em Geografia)

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos**: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2010. (Mestrado em Ciências Sociais).

HAESBAERT, Rogério. DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, Vol 29. N 1, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I; Volume 2. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias**. Belo Horizonte, UFMG, 01(1) 7-25 julho-dezembro de 2005.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Organização Camponesa em Balsas-MA e a expansão do agronegócio da soja**: implicações e resistências camponesas no Sul do

Maranhão. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2010. (Mestrado em Geografia).

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo.** Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. Os acionistas da Casa Grande: A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes (Orgs.) **Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** SOUZA, Maria Adelia de; SANTOS, Milton (orgs). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Contato com o autor: Sávio José Dias Rodrigues <saviодiasbr@gmail.com>

Recebido em: 7/11/2018

Aprovado em: 24/09/2019

---

<sup>i</sup> Os resultados que este artigo apresenta são parciais e dizem respeito a pesquisa maior cujo título é “TRABALHO ESCRAVO E QUESTÃO AGRÁRIA NO “NOVO NORDESTE” BRASILEIRO: Vulnerabilidade socioeconômica e estudo sobre as condições de produção do campo” que tem financiamento da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO (FAPEMA), através do edital Universal.

<sup>ii</sup> Matéria publicada no Portal UOL “Comunista, Dino promete 'choque de capitalismo' no Maranhão”: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/08/comunista-dino-promete-choque-de-capitalismo-no-ma.htm>

<sup>iii</sup> Os dados da Comissão Pastoral da Terra foram disponibilizados pela comissão com atualização frequente, mas até a produção deste artigo, a somatória dos dados se deu até parte do ano de 2016.